

# Estudo: exclusão alimenta facções

O sistema carcerário do Brasil funciona numa lógica que nega a cidadania do detento, empurrando-o para os braços de organizações criminosas e fortalecendo a expansão e a economia das facções que agem dentro e fora dos presídios. A constatação faz parte de pesquisa feita pelo doutor em Ciência Política pela **Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)** Paulo de Tarso da Silva Santos.

Na avaliação dele, a negação da cidadania do detento começa no momento da prisão, porque o governo encara a detenção como instrumento de vingança, e não como forma de ressocialização. “Prendemos muito e prendemos mal. A negação da cidadania ocorre enquanto ele está preso e depois que ele sai da prisão. O detento fica preso, mas sabe que, mesmo quando sair, não será aceito. É necessário entender o papel



Policiais no presídio de Alcaçuz, na Grande Natal | AVENER PRADO/FOLHAPRESS

da pena. O modelo nosso reproduz a pena como vingança. Hoje, infelizmente, o Estado destrói a cidadania quando afeta a escola pública, quando deteriora o serviço público de saúde, quando há uma distribuição desigual de renda”, avalia o especialista.

“Aí, as pessoas podem se perguntar: ‘Então se construir escola não vai ter bandido?’. É lógico que pode ter, mas a partir do momento que há desenvolvimento isso diminui. Mas é preciso ter um governo para

fazer moradia, saúde e transporte. É uma lógica econômica. Quando tudo funciona, o gasto com segurança diminui. Esse debate não funciona no Brasil. Para eles, é melhor ter aparato policial repressivo que construa esse modelo falso de que as coisas funcionam. A crise nos presídios só será solucionada quando esse debate for feito de forma coerente e verdadeira.”

Na tese, que avalia a situação do sistema prisional brasileiro, o pesquisador constata

que a exclusão da cidadania do detento favorece a expansão das facções criminosas. “Se o encarcerado ou o ex-presidiário não é mais visto como um cidadão nem como alvo legítimo de políticas públicas, outras formas de organização aparecem. No desenrolar desse processo, nos últimos 15, 20 anos, aparece aí o PCC, que está se consolidando como instituição econômica e política”, afirma.

O Ministério da Justiça e Cidadania respondeu por nota:

“O Plano Nacional de Segurança proposto tem como um de seus pressupostos a “modernização e racionalização” do sistema penitenciário. No final do ano passado, o governo Michel Temer destinou R\$ 1,2 bilhão aos Estados de recursos do Fundo Penitenciário Nacional, o que é maior que a soma de todos os repasses ocorridos anteriormente desde 2011. Mas a solução passa longe apenas da construção de mais presídios. O plano propõe a aplicação de esforços conjuntos com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública para a aplicação de penas alternativas para os presos de menor gravidade, incluindo cursos de capacitação e outros programas de ressocialização. Estão previstos cursos de capacitação para policiais e agentes penitenciários e a elaboração de um protocolo nacional para as ações dos agentes penitenciários nos presídios”. **METRO CAMPINAS**